

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.850 - SP (2019/0034128-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : **DAVDSON PEREIRA ROCHA**  
**ADVOGADO** : **MARILLÚCIA PEREIRA ROCHA - SP276941**  
**AGRAVADO** : **MARIA DE LOURDES ARAUJO BEZERRA**  
**ADVOGADO** : **DOUGLAS PEREIRA DE LIMA E OUTRO(S) - SP235520**  
**INTERES.** : **CARLOS SILVA DOS SANTOS**  
**INTERES.** : **ROBERTO ANTONIO CORLETT DA SILVA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por DAVDSON PEREIRA ROCHA contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"EMENTA Ação anulatória de arrematação. Gratuidade processual. Recurso nesse ponto prejudicado ante o deferimento na origem. Tutela de urgência destinada a reintegrar o devedor na posse de imóvel arrematado em leilão. Descabimento. Ausência da situação reclamada no artigo 300 do CPC. Medida, ademais, de cunho definitivo e por isso desautorizada pelo § 3º daquele dispositivo. Recurso improvido." (e-STJ, fl. 970)*

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação dos arts. 889 e 891, do CPC, sustentando, em síntese, que (a) nulidade da arrematação por falta de intimação; (b) falta de atualização do auto de avaliação e arrematação inferior a 50% do valor da avaliação; (c) nulidade da arrematação por preço vil; (d) encontram-se presentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência.

É o relatório. Decido.

Em relação à alegada violação dos arts. 300 do CPC/2015, o recurso não procede.

Extrai-se dos autos que a parte recorrente ajuizou ação anulatória de arrematação em desfavor da parte recorrida, ocasião em que pleiteou o deferimento de tutela de urgência para suspensão dos efeitos da alienação.

Tal decisão ensejou a interposição de agravo de instrumento, ao qual o Tribunal de origem negou provimento, mantendo o indeferimento da tutela antecipada, nos seguintes termos:

*"Conforme o sistema da lei, a tutela de urgência, seja de natureza antecipatória, seja de natureza cautelar, pressupõe a presença de "elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo" (artigo 300, caput, do CPC).*

*Ora, na espécie não se podia de antemão negar validade ao procedimento que resultou na venda do imóvel em leilão extrajudicial.*

*Afinal, segundo registrou o Juiz as alegações do devedor já haviam sido apreciadas e rebatidas "nos autos do processo nº 0115571.04.2009, desta 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro".*

*De mais a mais a medida reclamada pelo promovente pronta reintegração na posse de imóvel era objetivamente incompatível com o regime das tutelas de urgência.*

*Com efeito, como resulta do § 3º do artigo 300 do CPC a tal título não se pode antecipar providência cujos efeitos sejam definitivos, devendo o interessado, destarte, aguardar a sentença.*

*Essa era a situação, eis que devolver a posse do bem ao devedor importaria em prontamente afastar os efeitos do procedimento expropriatório, o que não poderia ocorrer a título meramente provisório.*

*Em suma, por um e outro motivo não se justifica a reforma da decisão monocrática." (e-STJ, fls. 971/972)*

O Tribunal *a quo* reconheceu, a propósito, a ausência da verossimilhança das alegações, bem como perigo de lesão grave, de difícil reparação. Nesse contexto, afastar a conclusão adotada no acórdão recorrido, à luz das provas contidas nos autos, tal como pretendido pela parte recorrente, é providência que no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7/STJ. A propósito, sirva de ilustração o seguinte precedente:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO PARCIAL. DATA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 735/STF.**

**1. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem**

*respeito ao mérito da causa.*

*3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula do STJ, respectivamente.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1.085.584/SP, Relatora a Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, DJe de 14/12/2017)*

A mais disso, à luz da Súmula 735/STF, a jurisprudência deste STJ firmou-se no sentido de que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.

Noutro vértice, a alegação de violação dos arts. 889 e 891, do CPC não merece ser conhecida, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assinala que a única ofensa a dispositivo de lei federal passível de análise em recurso especial interposto contra decisão que nega ou concede medida cautelar ou antecipação de tutela é somente aquela que diz respeito aos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, sendo inviável eventual discussão relacionada com o mérito da ação principal.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator